

LITERATURA E DIREITOS HUMANOS: UMA APROXIMAÇÃO ENTRE LUIS FERNANDO VERISSIMO E ANTONIO CANDIDO

Mariana Thiengo

Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo: Estuda-se a crônica “O povo” de Luis Fernando Verissimo sob o prisma da defesa dos direitos humanos que Antonio Candido empreende no texto “O direito à literatura”, no sentido de que a abordagem adotada por Candido estaria em consonância com a fina ironia de Luis Fernando Verissimo, revelando assim o texto literário como um espaço privilegiado de emancipação do ser humano.

Palavras-chave: Luis Fernando Verissimo; Crônica; Direitos humanos.

O que é o “povo”? Existiria um grupo definido que esse termo nomeia? Ou tratar-se-ia de uma daquelas abstrações que servem bem ao uso, e a vários usos, mas que se esboroam ao contato de uma abordagem mais atenta e reflexiva?

Verificando o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, encontramos várias acepções para o termo, algumas mais próximas da abordagem aqui feita:

1. conjunto de pessoas que falam a mesma língua, têm costumes e interesses semelhantes, história e tradições comuns [...]; 2. conjunto de pessoas que vivem em comunidade num determinado território; nação, sociedade; 3. conjunto de indivíduos de uma mesma região, cidade, vila ou aldeia [...]; 4. conjunto de indivíduos de uma mesma ou de várias nacionalidades, agrupados num mesmo Estado[...]; 5. conjunto de pessoas que não habitam o mesmo país, mas que estão ligadas por uma origem, sua religião ou qualquer outro laço [...] 6. conjunto dos cidadãos de um país em relação aos governantes [...] 7. conjunto de pessoas que pertencem à classe mais pobre, à classe operária; plebe; 8. conjunto dos cidadãos de um país, excluindo-se os dirigentes e a elite econômica; 9. (sXIV) multidão de pessoas [...]; 10. *fig.* grande número, grande quantidade (de algo); 11. *ant.* terceiro Estado da nação, antes da Revolução Francesa (clero, nobreza e povo); 12. lugar, vila, aldeia, pequena povoação; 13. a gente de casa; a família [...] 14. *B infrm.* turma, gente [...].¹

Percebe-se que o grupo designado pelo termo pode variar, aumentando ou diminuindo, abarcando uma totalidade ou representando uma maioria, via de regra excluída. É nas acepções 6, 7, 8 e 10 que se observa o segundo caso, indicando uma redução, em detrimento do grupo em questão. Tratar-se-ia, neste caso, da plebe, dos pobres, da classe trabalhadora.

A crônica “O povo”, de Luis Fernando Verissimo, publicada em *O popular*², livro de estréia do autor³, revela, pelo viés da ironia, uma forma de olhar o povo que não deixa de ser incômoda para o leitor, haja vista que pode ser facilmente identificada ao olhar de determinados setores da elite brasileira. Mediante uma descrição irônica dos supostos defeitos do povo, a voz enunciativa⁴ presente no texto indica para o leitor tratar-se antes de uma certa forma de olhar, com a qual não compactua.

Luis Fernando Verissimo é um escritor que se notabilizou em um gênero considerado menor, a crônica, nele alcançando sucesso e notoriedade nacional.⁵ Como se sabe, esse é um gênero marcado pela efemeridade e pela pouca pretensão, já que se destina a um consumo rápido⁶. Fez, desde a sua estréia na imprensa, uma cerrada oposição à ditadura militar e à política neoliberal adotada no país a partir dos anos 80. A crônica “O povo” contém alusões a esse contexto de neoliberalismo, em que imperam os ditames do mercado:

O povo

Não posso deixar de concordar com tudo o que dizem do povo. É uma posição impopular, eu sei, mas o que fazer? É a hora da verdade. O povo que me perdoe, mas ele merece tudo que se tem dito dele. E muito mais.

As opiniões recentemente emitidas sobre o povo até foram tolerantes. Disse-ram, por exemplo, que o povo se comporta mal em grenais. Disseram que o povo é corrupto. Por um natural escrúpulo, não quiseram ir mais longe. Pois eu não tenho escrúpulo.

O povo se comporta mal em toda parte, não apenas no futebol. O povo tem péssimas maneiras. O povo se veste mal. Não raro, cheira mal também. O povo faz xixi e cocô em escala industrial. Se não houvesse povo, não teríamos o problema ecológico. O povo não sabe comer. O povo tem um gosto deplorável. O povo é insensível. O povo é vulgar.

A chamada explosão demográfica é culpa exclusivamente do povo. O povo se reproduz numa proporção verdadeiramente suicida. O povo é promíscuo e sem-vergonha. A superpopulação nos grandes centros se deve ao povo. As lamentáveis favelas que tanto prejudicam nossa paisagem urbana foram inventadas pelo povo, que as mantém contra os preconceitos da higiene e da estética.

Responda, sem meias palavras: haveria os problemas de trânsito se não fosse pelo povo? O povo é um estorvo.

É notória a incapacidade política do povo. O povo não sabe votar. Quando vota, invariavelmente vota em candidatos populares que, justamente por agradarem ao povo, não podem ser boa coisa.

O povo é pouco saudável. Há, sabidamente, 95 por cento mais cáries dentárias entre o povo. O índice de morte por malnutrição entre o povo é assustador. O povo não se cuida. Estão sempre sendo atropelados. Isto quando não se matam entre si. O banditismo campeia entre o povo. O povo é ladrão. O povo é viciado. O povo é doido. O povo é imprevisível. O povo é um perigo.

O povo não tem a mínima cultura. Muitos nem sabem ler ou escrever. O povo não viaja, não se interessa por boa música ou literatura, não vai a museus. O povo não gosta de trabalho criativo, prefere empregos ignóbeis e aviltantes. Isto quando trabalha, pois há os que preferem o ócio contemplativo, embaixo de pontes. Se não fosse o povo nossa economia funcionaria como uma máquina. Todo mundo seria mais feliz sem o povo. O povo é deprimente. O povo deveria ser eliminado.⁷

No início do texto, a voz enunciativa aparentemente está aderindo ao discurso contra o povo, cuja origem, entretanto, é atribuída a uma outra voz, que surge no texto na 3ª pessoa do plural, constituindo o que em sintaxe é denominado sujeito indeterminado: “Não posso deixar de concordar com *tudo o que dizem* do povo”.

Há, assim, duas vozes no texto, que revelar-se-ão conflitantes, e a indeterminação do sujeito constitui uma pista de que o discurso atribuído pelo locutor a essa segunda voz não é confiável: “*Disseram*, por exemplo, que o povo se comporta mal em grenais. *Disseram* que o povo é corrupto. Por um natural escrúpulo, *não quiseram* ir mais longe”. O recurso do sujeito indeterminado é complementado pelo emprego do pronome indefinido *tudo*, que acrescenta sentido vago e indeterminação à origem das “opiniões recentemente emitidas sobre o povo”: “O povo que me perdoe, mas ele merece *tudo que se tem dito dele*.”⁸

Prosseguindo na análise, percebe-se que a enumeração contínua e repetitiva dos supostos defeitos do povo, mediante o emprego, basicamente, de períodos compostos por coordenação, indica que, de fato, está sendo feita uma ironia a quem porta esse tipo de discurso. A simplificação formal, somada à repetição excessiva, em especial do sujeito “o povo”, e a longa enumeração por coordenação, ou então por períodos relativamente simples, indicam tratar-se antes da caricatura de um discurso simplista, que, como se sabe, pauta-se pelo uso de recursos sintáticos pouco expressivos, em que não há justificativa para as assertivas feitas, adotando-se uma estratégia discursiva tipicamente tautológica. É o que podemos observar na enumeração que segue: “O banditismo campeia entre o povo. O povo é ladrão. O povo é viciado. O povo é doido. O povo é imprevisível. O povo é um perigo”.⁹

Com esse recurso, a crônica assume um tom marcadamente irônico, que permite ao leitor identificar a posição do locutor, conforme pode ser observado no fragmento que segue: “É notória a incapacidade política do povo. O povo não sabe votar. Quando vota, invariavelmente vota em candidatos populares que, justamente por agradarem ao povo, não podem ser boa coisa”.¹⁰ Ocorre, neste trecho, a desmontagem do círculo vicioso que perpetua a injustiça social no país, haja vista que o voto representa uma possibilidade de mudança. Tem-se aqui um processo de feedback negativo em que a falta de consciência política leva à escolha de candidatos ruins que, por serem tais, vão contribuir para que as condições desfavoráveis de vida do povo perdurem.

A enumeração de problemas que teriam sua origem na existência do povo ocupa a primeira metade do texto, culminando na frase “O povo é um estorvo”, enquanto na segunda metade ocorre uma enumeração dos “defeitos” do povo, que culmina no complemento lógico da frase acima, a saber, “O povo deveria ser eliminado”, pois, segundo a referida lógica, o povo estaria atrapalhando.

Há, na crônica, uma inversão, em que o povo é acusado pelos problemas que na verdade sofre, acusação que se materializa nas expressões “péssimas maneiras”; “o problema ecológico”; “explosão demográfica”; “a superpopulação nos grandes centros”; “as favelas”; “os problemas de trânsito”. O pano de fundo do neoliberalismo aparece sub-repticiamente nas expressões destacadas, bem como na corrosiva “O povo faz xixi e cocô *em escala industrial*.”

E aqui entra a convergência entre a crônica de Luis Fernando Verissimo e Antonio Candido, no que concerne à defesa dos direitos humanos. No texto “O direito à literatura”¹¹, Candido faz uma ampla reflexão acerca dos direitos humanos, colocando-os sob o seguinte pressuposto, ou imperativo: a necessidade de “reconhecer que aquilo que consideramos indispensável para nós é também indispensável para o próximo”.¹² Isso incluiria tanto bens materiais quanto espirituais, os quais, segundo o autor, seriam mais facilmente esquecidos pelas pessoas, quando pensam em direitos humanos:

[...] as pessoas são freqüentemente vítimas de uma curiosa obnubilação. Elas afirmam que o próximo tem direito, sem dúvida, a certos bens fundamentais, como casa, comida, instrução, saúde – coisas que ninguém bem formado admite hoje em dia que sejam privilégios de minorias, como são no Brasil. Mas será que pensam que seu semelhante pobre teria direito a ler Dostoiévski ou ouvir os quartetos de Beethoven? Apesar das boas intenções no outro setor, talvez isto não lhes passe pela cabeça. E não por mal, mas somente porque quando arrolam os seus direitos não estendem

todos eles ao semelhante. Ora, o esforço para incluir o semelhante no mesmo elenco de bens que reivindicamos está na base da reflexão sobre os direitos humanos.¹³

Neste ponto, Candido introduz uma distinção fundamental, entre os chamados “bens incompressíveis”, dos quais não se poderia, em absoluto, prescindir, como alimentação, vestuário, educação, habitação, transporte, e os “bens compressíveis”, que seriam acessórios, como cosméticos, enfeites, roupas extra, etc. Um dos problemas estaria na delimitação de fronteira entre esses bens; o outro, no próprio entendimento do que seriam os bens compressíveis. Candido é enfático ao defender que os bens compressíveis contemplam não só aqueles que “asseguram a sobrevivência física em níveis decentes, mas os que garantem a integridade espiritual”.¹⁴ E aí entram a cultura, no sentido amplo do termo, as artes e a literatura.

Confrontando as idéias de Candido com a crônica “O povo”, percebe-se que a longa enumeração que Verissimo faz dos supostos defeitos do povo, se lida ao contrário, funciona como um longo rol de direitos humanos, conforme inventariados por Candido:

São [bens] incompressíveis certamente a alimentação, a moradia, o vestuário, a instrução, a saúde, a liberdade individual, o amparo da justiça pública, a resistência à opressão etc.; e também o direito à crença, à opinião, ao lazer e, por que não, à arte e à literatura.¹⁵

O cotejo entre os bens arrolados por Candido como incompressíveis – que constituem direitos fundamentais do homem – e a crônica “O povo” permite ler os (supostos) defeitos do povo que constituem a matriz da crônica como direitos humanos que têm sido sistematicamente negados às pessoas (ou ao “povo”, se se preferir) no Brasil:

- Direito à alimentação: “O povo não sabe comer”.
- Direito à moradia: “As lamentáveis favelas que tanto prejudicam nossa paisagem urbana foram inventadas pelo povo”.
- Direito ao vestuário: “O povo se veste mal”.
- Direito à educação/instrução: “O povo tem péssimas maneiras”; [...] “O povo não tem a mínima cultura. Muitos nem sabem ler ou escrever”.
- Direito à saúde: “O povo é pouco saudável. Há, sabidamente, 95 por cento mais cáries dentárias entre o povo. O índice de morte por malnutrição entre o povo é assustador. O povo não se cuida”.
- Direito de ir e vir (liberdade individual): “O povo se comporta mal em toda parte, não apenas no futebol”.

- Direito à segurança: “Estão sempre sendo atropelados. Isto quando não se matam entre si. O banditismo campeia entre o povo. O povo é ladrão”.
- Direito à liberdade de expressão: “O povo é viciado. O povo é doido. O povo é imprevisível. O povo é um perigo”.
- Direito à crença/opinião: “O povo tem um gosto deplorável. O povo é insensível. O povo é vulgar”.
- Direito ao lazer: “O povo não viaja”.
- Direito às artes e à literatura: “O povo não [...] se interessa por boa música ou literatura, não vai a museus”.¹⁶

A crônica de Verissimo desmonta certo discurso oficial que responsabiliza o povo pelas mazelas do país, quando o povo, na realidade, é a maior vítima dessas mazelas, pagando um preço altíssimo pelo modelo de desenvolvimento adotado, sem que lhe seja oferecida a contrapartida social. Resultado: condições de sobrevivência deploráveis. A ideologia inverte essa equação, colocando o povo como o mal a ser extirpado.

A aproximação entre as idéias de Antonio Candido e a crônica de Luis Fernando Verissimo faz notar uma outra convergência interessante. Em seu último parágrafo, a crônica “O povo” coloca como um dos supostos defeitos do povo a falta de cultura:

O povo não tem a mínima cultura. Muitos nem sabem ler ou escrever. O povo não viaja, não se interessa por boa música ou literatura, não vai a museus. O povo não gosta de trabalho criativo, prefere empregos ignóbeis e aviltantes. Isto quando trabalha, pois há os que preferem o ócio contemplativo, embaixo de pontes.¹⁷

É interessante que justamente este aspecto tenha ficado para o final da crônica. Considerando a defesa enfática que Antonio Candido faz em seu texto acerca do caráter imprescindível desses bens, pode-se avançar a hipótese de que os aspectos espirituais, sempre desprestigiados, sempre considerados bens supérfluos, são na crônica performativamente tratados como tais, o que constitui uma estratégia em que a forma do texto apresenta reciprocidade com os problemas sociais nela encenados.¹⁸

Nesse sentido, a crônica “O povo” faz uma crítica ferina ao discurso das elites dirigentes do país à época em que o texto foi publicado, 1973. De fato, o Brasil encontrava-se no auge do regime militar que se instaurou com o golpe de 64, e a política econômica era francamente contrária aos avanços sociais, o que provocou uma explosão da violência no período. Gilda Salem Szklo, estudando a violência em *Feliz ano novo*, livro de Rubem Fonseca que surge nos anos 70 e é censurado pelos militares¹⁹,

assim caracteriza esse período:

[...] um contexto econômico e social caracterizado, em nosso país, por um rápido processo de acumulação dirigida, condicionado, de algum modo, à marginalização de determinado segmento da sociedade [...] dentro desse contexto, o aumento substancial do PNB (Produto Nacional Bruto) coloca o Brasil em 8º lugar em relação aos demais países. É o auge do Modelo Econômico Brasileiro, numa época em que era denominado, triunfalmente, de ‘Milagre Econômico’. Ao lado *da concentração de riqueza, que deixa vastas camadas da população sem possibilidades de satisfazer suas necessidades mínimas materiais e culturais* (alimentação, saúde, educação, lazer etc.), surge como corolário dessa política econômica a sociedade de consumo estimulando, maciçamente, a aquisição de *bens supérfluos* e estabelecendo novos critérios de valores para a determinação da qualidade de vida: televisão a cores, carro de último tipo, latarias dos supermercados, batadeira elétrica... Paralelamente, concentra-se o centro de decisão política do país. Nos grandes centros urbanos, [...] *as desigualdades sociais ressaltam bem gritantes, coexistindo, lado a lado, o luxo e a miséria*. O fenômeno da grande concentração populacional urbana, fruto da falta de soluções adequadas para os problemas rurais, *agrava extremamente a qualidade de vida no que diz respeito aos serviços básicos* (habitação, transporte e saneamento) *e às condições de trabalho* (desemprego, sub-emprego, bóias-frias, pivetes etc.). Observa-se *o fenômeno do empobrecimento das camadas médias urbanas*, sem perspectivas de ascensão social e marginalizadas dos benefícios do desenvolvimento, porém desejando participar do “sonho consumista”.²⁰

É interessante observar que a separação estabelecida pela autora entre “necessidades mínimas materiais e culturais”, de um lado, e “bens supérfluos”, de outro, encontra paralelo na distinção que Candido faz entre “bens incompressíveis” e “bens compressíveis”, no citado ensaio sobre direitos humanos.²¹ Destacamos também que o incentivo midiático ao consumo dos “bens supérfluos” tinha sua contrapartida em um aviltamento das condições que asseguravam as “necessidades mínimas materiais e culturais”, como tão bem a autora explicita em seu texto. Assim, não é difícil prever que tal contexto gerasse, nas elites dirigentes, uma ojeriza em relação ao “povo”, vítima de um processo de acumulação dirigida de renda que gerou uma das maiores desigualdades sociais do mundo²², e paradoxalmente acusado de atrapalhar o avanço do país, numa inversão ideológica que a crônica de Verissimo tão bem o ilustra.

A respeito da abordagem feita, focando aspectos ideológicos presentes no texto literário, cumpre fazer uma observação final, justamente sobre a posição de resistência que se deve adotar em relação à ideologia e suas manifestações discursivas. Utilizando os modos de leitura discutidos por Jonathan Culler²³ e Ria Lemaire²⁴, podemos ler o texto de Luis Fernando Verissimo como “*assenting reader*” (leitor concordante), sem operar a

desmontagem das ideologias que o texto encena, ficando apenas no riso, na comicidade imediata e fugaz, e podemos lê-lo na posição de “*resisting reader*” (leitor resistente), indo além do riso, tendo o necessário espanto diante da dramaticidade da situação nele exposta. A segunda posição é a que interessa em termos de criticidade, e traz implícita uma cumplicidade com o próprio grau de *resistência* do texto.

Alfredo Bosi, no ensaio “Narrativa e resistência”²⁵, propõe que a literatura, ou melhor, a narrativa, pode se colocar na posição de resistência em duas frentes: pelo tema e pela forma. O primeiro caso observar-se-ia mais em períodos de maior intensidade política, como foi o caso da 2ª Guerra Mundial. O segundo, mais distendido, independeria de contextos políticos específicos, apresentando antes uma *tensão* interna que atravessa o texto, mediante o trabalho com a linguagem e a posição do narrador.

Podemos ver na crônica “O povo” um exemplo desse segundo caso. Não se trata de uma militância política específica. O tema, tal como aparece, se estivesse desvinculado de uma reflexão formal, constituiria apenas uma série de enunciados de caráter negativo acerca do povo.

A questão central reside então na forma, no modo com que o texto se constrói, mediante a posição da voz enunciativa, que passa de “uma posição [aparentemente] antipopular”²⁶, no início da narrativa, para uma posição crítica e distanciada, enunciando obliquamente o discurso ideológico a que finge aderir no início do texto, em sucessivas coordenações, visando sua desarticulação.

A imitação do caráter simplista desse tipo de discurso, tendendo ao caricato, indica que o locutor não está aderindo a ele, mas sim pondo-o sob cerrada crítica. O necessário complemento de um discurso de resistência é um leitor resistente, que opere a desmontagem ideológica proposta, ou pelo menos sugerida, no e pelo texto.

Notas

¹ HOUAISS, Antônio. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, [2002]. 1 CD-ROM. Verbetes “povo”.

² VERISSIMO, Luis Fernando. *O popular*. 3. ed. Porto Alegre: LPM Editores, 1984.

³ A 1ª edição de *O popular* data de 1973, publicada pela Editora José Olympio.

⁴ Por não se tratar propriamente de um narrador, visto que predomina na crônica em pauta a descrição, e para não haver ambigüidades quanto à figura do autor, denominaremos a voz que assume a primeira pessoa no texto de voz enunciativa, ou então, mais simplesmente, locutor.

⁵ SILVA, Deonísio da. Luis Fernando Verissimo: visto daqui o mundo parece muito engraçado. *Escritores gaúchos*, Porto Alegre, n. 4, p. 17-19, 1984. Estudo crítico publicado em número especial dedicado ao autor.

⁶ CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In: ____ et. al. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992, p. 13-23.

⁷ VERISSIMO, op. cit., p. 122-123.

⁸ Idem, p. 122, destaques meus.

⁹ Idem, p. 123.

¹⁰ Idem, p. 123.

¹¹ CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: _____. *Vários escritos*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Duas Cidades, 1995, p.235-263.

¹² Idem, p. 239.

¹³ Idem, p. 239-240, grifos meus.

¹⁴ Idem, p. 241.

¹⁵ Idem, p. 241.

¹⁶ Cf. VERISSIMO, op. cit., p. 122-123.

¹⁷ Idem, p.123.

¹⁸ A esse respeito, cumpre observar que não se trata de um mecanismo de espelhamento entre texto e realidade, mas antes de uma situação em que “forma literária e relação social injusta respondem uma à outra com rigor”, conforme termos que Roberto Schwarz usou para expressar a presença de elementos sociais na forma da ficção machadiana. In: SCHWARZ, Roberto. *A sorte dos pobres*. In: _____. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000, p. 87.

¹⁹ Szklo, Gilda Salem. A violência em “Feliz ano novo”. *Tempo brasileiro*, Rio de Janeiro, n.º 58, ago-out. 1979, p. 93-107.

²⁰ Idem, p. 93-94, destaques meus.

²¹ CANDIDO, op. cit., p. 241.

²² Uma excelente matéria publicada na revista Carta Capital, edição de 08 de outubro de 2003 (nº 261), intitulada “Não se ufane tanto”, faz um diagnóstico da distribuição de renda no país ao longo do século XX e aponta um agravamento a partir dos anos 70 e da investida do neoliberalismo: “Três anos depois do golpe

militar, iniciou-se o tão propagandeado ‘milagre brasileiro’: o PIB cresce a taxas próximas de 10% anuais e a renda per capita dobra. Mais uma vez a euforia acaba em endividamento excessivo, dessa vez para financiar grandiosos projetos industriais e de infra-estrutura para construir o ‘Brasil Potência’ sonhado pela ditadura. Muitos deles, porém, ficaram inacabados ou enferrujaram na ociosidade. [...] Depois que as autoridades econômicas dos EUA e do FMI acabaram de persuadir as economias frágeis do mundo – incluindo o Brasil – a liberalizar seu mercado financeiro, a consequência foi a generalização de crises financeiras e monetárias [...]. Não seria tão ruim se a concentração de renda não tivesse se agravado nos mesmos períodos. Para aferi-la, costuma-se usar o índice Gini. Esse índice é igual a zero quando a distribuição é perfeitamente igualitária e igual a 1 (um) quando é absolutamente concentrada. Segundo a ONU, os países com melhor distribuição de renda, como Suécia, Japão, Hungria e Finlândia, têm esse índice perto de 0,25. Os EUA e a China estão perto de 0,40. Hoje, o país com renda mais concentrada é a Namíbia, com índice Gini de 0,70. O Brasil, em 1960, tinha um Gini de 0,497 – um pouco melhor que os índices do México ou da Nigéria de hoje. Em 1970, porém, esse índice já tinha saltado para 0,565 – pior que o da Colômbia e da Guatemala – e, em 1977, às vésperas da consumação do ‘milagre’, para 0,625. Desde então, o índice do Brasil tem oscilado entre 0,60 e 0,64, na embaraçosa companhia de países como Botsuana e Serra Leoa. Ao contrário do que se propalava em 1994, o Plano Real não teve efeito significativo sobre a distribuição de renda que, em 2000, voltou a piorar ligeiramente (de 0,60 para 0,61). [...] O resultado é o que se vê: a Daslu e os sem-teto, a Bélgica e a Índia, cada vez mais apartados. O verdadeiro milagre brasileiro é que isso, até agora, não provocou uma guerra civil declarada. Há, por outro lado, uma guerra não declarada, refletida nas galopantes estatísticas criminais – 41.802 em 1998, ante 11.194 em 1979 – e um crescente mal-estar com a longa estagnação, que se reflete na falta de perspectivas de progresso pessoal e ascensão social, principalmente para os jovens brasileiros”. Cf. COSTA, Antônio Luiz Monteiro da. “Não se ufane tanto”. *Carta Capital*, São Paulo, ano 10, n. 261, 8 out. 2003. Disponível em: http://cartacapital.terra.com.br/site/index_frame.htm. Acesso em 25 de novembro de 2004.

²³ CULLER, Jonathan. *Teoria literária: uma introdução*. Trad. Sandra Vasconcelos. São Paulo: Beca Produções Culturais, 1999, p. 45.

²⁴ LEMAIRE, Ria. A canção de malmaridada. In: GOTLIB, Nádya Batella (Org.). *A mulher na literatura. Vol. II*. Belo Horizonte: UFMG, 1990, p. 14.

²⁵ BOSI, Alfredo. Narrativa e resistência. In: _____. *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 18-135.

²⁶ VERISSIMO, op. cit., p. 122.